

O ESPORTE PRESENTE NO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PDI (2009 À 2018) DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ – IFPR

André Santos Cancell
Instituto Federal do Paraná/ Brasil
andre.cancell@ifpr.edu.br

Envio original: 29-11-2016. Revisões requeridas: 26-01-2017. Aceitar: 13-09-2017. Publicado: 10-01-2018.

Resumo

Esse artigo teve o objetivo de verificar a manifestação do esporte no Instituto Federal do Paraná, através de uma contextualização histórica das duas versões do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, documento norteador da instituição. Como auxílio para interpretar as informações encontradas utilizamos o Decreto nº7.984/2013. Diante do conteúdo de cada documento foram identificados algumas semelhanças e divergências quanto as propostas para o esporte com uma valorização do esporte que estimula a competição e a ausência de propostas que incluam o esporte como conteúdo dos componentes curriculares.

Palavras-chave: Instituto Federal do Paraná – Plano de Desenvolvimento Institucional – Esporte.

El deporte presente en el Plan de Desarrollo Institucional - PDI (2009 a 2018) del Instituto Federal del Paraná – IFPR

Resumen

Ese artículo tuvo el objetivo de comprobar la manifestación del deporte en el Instituto Federal do Paraná, por medio de un contexto histórico de dos versiones del Plan de Desarrollo Institucional -PDI, documento norteador de la Institución. Como ayuda para interpretar las informaciones buscadas se utilizó el Decreto 7.984/2013. Sobre el contenido de cada documento identificado algunas similitudes y diferencias con respecto a las propuestas para el deporte con una apreciación del deporte que estimula la competencia y la ausencia de propuestas que incluye el deporte como el contenido de los componentes del plan de estudios.

Palabras clave: Instituto Federal do Paraná – Plan de Desarrollo Institucional – Deporte.

Sports present in the Institutional Development Plan - IDP (2009- 2018) of the Federal Institute of Paraná – IFPR

Abstract

This article aimed to verify the manifestation of the sport in the Federal Institute of Paraná, through a historical contextualization of the two versions of the Institutional Development Plan - IDP, guiding document of the institution. As an aid to interpreting the information found, We use Decree No 7,984/2013. Considering the content of each document, some similarities and divergences were identified regarding the proposals for sport with a valorization of the sport that stimulates competition and the absence of proposals that include sports as content of the curricular components.

Keywords: Federal Institute of Paraná – Institutional Development Plan – Sport.

Introdução

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Rede Federal EPCT foi criada e regulamentada pelo Presidente Nilo Peçanha, no ano de 1909, através do Decreto 7.566. Começou com 19 Escolas de Aprendizes Artífices que, no ano de 1930, deram lugar aos Liceus Industriais e, em 1942, às Escolas Industriais e Técnicas. Somente no ano de 1959, quando essas Escolas passaram à categoria de autarquias, foram denominadas Escolas Técnicas Federais. Em 1978, três delas se transformaram em Centros Federais de Educação Ciência e Tecnologia (CEFETs): as do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná (Manfredi, 2002). Tal fato permitiu que outras escolas pleiteassem e conseguissem ascender à categoria de CEFET, o que foi sendo alcançado por várias Escolas Técnicas e Agrotécnicas até que, através da Lei 11.892/08, foram criados os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia – IFET e posteriormente foi adotada a nomenclatura, Instituto Federal - IF (Otranto, 2010).

O processo de reestruturação da Rede Federal EPCT, iniciado em 2003, vivencia uma fase de expansão na qual o Ministério da Educação – MEC concretizou a construção de pouco mais de 500 novas unidades, totalizando 644 campi em funcionamento (Ministério da Educação, 2016). Diversas Escolas Agrotécnicas, CEFETs e algumas escolas técnicas vinculadas as Universidades Federais – UF passaram a integrar os IFs e no Paraná a incorporação ocorreu por intermédio da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná – ETUFPR, uma vez que o CEFET paranaense ascendeu à categoria de Universidade Tecnológica – UT. (Otranto, 2010).

Percorridos pouco mais de 8 (oito) anos desde a sua formalização, a instituição conta com 25 (vinte e cinco) campi distribuídos pelo Estado Paraná, voltados a educação superior, básica e profissional em diferentes modalidades e níveis de ensino. Atualmente contempla mais de 26 (vinte e seis) mil estudantes somando as modalidades de ensino presencial e ensino a distância – EAD. No total são ofertados 43 (quarenta e três) cursos técnicos presenciais, 11 (onze) cursos técnicos na modalidade EAD, 20 (vinte) cursos superiores presenciais, dentre os quais vale destacar a oferta de um curso de Licenciatura em Educação Física no campus Palmas, além de 3 (três) cursos de especialização na modalidade presencial e 1 (um) curso de especialização na modalidade EAD (Instituto Federal do Paraná, 2016).

Essa fase de reestruturação ocorreu no mesmo período que pode ser considerado histórico no âmbito esportivo brasileiro. A Rede Federal EPCT realizou a primeira edição dos Jogos das Instituições Federais de Ensino – JIF's em 2008, no Ceará, valendo ressaltar as edições realizadas em Brasília. A primeira no ano de 2010, ano em que foi celebrado o centenário de criação da Rede Federal EPCT e contou com a participação de 2000 (dois mil) estudantes e a edição de 2016, ano de realização do

último evento (Brasil, 2016). Nesse período o Brasil sediou uma série de grandes eventos esportivos como os Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos (Rio 2007), a Copa das Confederações da FIFA (Brasil 2013), que antecederam e serviram de preparação para a realização de eventos de magnitude superior, os chamados mega eventos esportivos como a Copa do Mundo de Futebol da FIFA (Brasil 2014) e os Jogos Olímpicos (Rio 2016) que, além de projetarem o país no cenário mundial, podem vir a influenciar na formulação de políticas públicas para o esporte no país futuramente.

Dentre os instrumentos legais que versaram sobre o esporte no país podemos citar a Lei 6.251/1975, regulamentada pelo Decreto 80.228/1977, que referenciava o esporte mediante a perspectiva do rendimento e reproduzia no âmbito do esporte estudantil a mesma estrutura verticalizada do esporte, no sentido de que se limitava a identificar talentos esportivos, ou seja, estudantes com habilidades e aptidões para se tornarem atletas com condições de representar o país em competições internacionais. Atualmente, o esporte no Brasil encontra-se amparado e regulamentado por lei. A legislação brasileira tem procurado abranger o fenômeno do esporte para além da sua manifestação latente, o esporte de rendimento. Essa forma unívoca de manifestação do esporte foi predominante no país até a promulgação da Constituição Federal - CF de 1988. No seu artigo 217, a CF tratou a prática esportiva como direito de todos os cidadãos e estabeleceu uma primeira tentativa de ampliar o entendimento sobre o fenômeno esportivo. O texto constitucional prevê que existem três modalidades de manifestação esportiva: educacional, participação e alto rendimento que apresentam algumas características que as distinguem uma das outras porém, sem apresentar maiores explicações conceituais. O esporte educacional tem a finalidade de utilizar o esporte como ferramenta de educação, enquanto o esporte de participação visa a participação de um maior número de participantes e possui um caráter mais informal da prática, já o esporte de rendimento tem foco na performance e resultado do atleta. Conforme o que preconiza a CF é dever do Estado prover o esporte e garantir o acesso a todos os cidadãos brasileiros devendo priorizar a aplicação dos recursos públicos na promoção do esporte de caráter educacional.

Posteriormente a promulgação da CF novos aparatos legislativos surgiram a fim de regulamentar a classificação e ampliar o entendimento sobre o esporte no país e para tal podemos citar a Lei 8.672/1993 (Lei Zico), que posteriormente foi revogada pela Lei 9.615/1998 (Lei Pelé), recentemente regulamentada pelo Decreto 7.984/2013.

De acordo com o artigo 3º do Decreto 7.984/2013 o Desporto se apresenta nas seguintes manifestações:

I - Desporto educacional ou esporte-educação, praticado na educação básica e superior e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a competitividade excessiva de seus praticantes,

com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer.

II - Desporto de participação, praticado de modo voluntário, caracterizado pela liberdade lúdica, com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, a promoção da saúde e da educação, e a preservação do meio ambiente.

III - Desporto de rendimento, praticado segundo as disposições da Lei 9.615/1998 e das regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados de superação ou de performance relacionados aos esportes e de integrar pessoas e comunidades do país e de outras nações.

Entretanto existe uma crítica a atual subdivisão constitucional do esporte no que tange a efetividade dessas manifestações no qual é possível observar que um tipo de manifestação está presente na outra estabelecendo assim uma comunicação entre elas. Para Marchi Júnior; Afonso (2007) há diferentes possibilidades de classificação do esporte que poderiam contribuir para a elaboração de um texto constitucional mais abrangente, compreendendo outras manifestações que dialogam entre si: esporte escolar, esporte lazer, esporte saúde, esporte reabilitação, esporte rendimento e/ou *performance*, além do esporte profissional. Porém esse pode vir a ser um dos maiores desafios enfrentados por aqueles que são incumbidos de formular as políticas públicas para o esporte no âmbito nacional uma vez que historicamente não há um consenso ou uma definição conceitual acerca do que vem a ser o esporte.

Entendemos que embora haja diferentes interpretações a respeito da possibilidade de classificação das manifestações do esporte, oriundas do processo de constante evolução em que se encontra o fenômeno esportivo, a incidência ou a ocorrência de uma determinada manifestação perante as demais nos sugere indícios sobre uma possível cultura dominante que pode ter a sua explicação ligada a estrutura do esporte contemporâneo no mundo e no país.

Marchi Júnior (2015) realizou um trabalho no qual apresentou diferentes tentativas de conceituar o esporte em seus respectivos tempos históricos. A partir dessa análise e diante da perspectiva de englobar os aspectos mencionados nos diversos trabalhos consultados pelo autor eis que Marchi Júnior (2015:59) refina uma conceituação considerando-o:

Um fenômeno processual físico, social, econômico e cultural, construído dinamicamente e historicamente, presente na maioria dos povos e culturas intercontinentais, independentemente da nacionalidade, língua, cor, credo, posição social, gênero ou idade, e que na contemporaneidade tem se popularizado globalmente e

redimensionado seu sentido pelas lógicas contextuais dos processos de mercantilização, profissionalização e espetacularização.

Compreendemos assim que o esporte contemporâneo é uma das etapas do processo histórico pelo qual se desenvolve o fenômeno esportivo, fenômeno este interligado ao processo de desenvolvimento da humanidade. Num período marcado por constantes mudanças a atualização das informações torna-se imperativa, desse modo, um fato marcante na fala de Marchi Júnior em relação ao esporte diz respeito ao processo de globalização e redimensionamento do seu sentido na contemporaneidade marcado pelas lógicas contextuais dos processos de mercantilização, profissionalização e espetacularização o que remete a perspectiva do esporte de alto rendimento, alta performance, cuja manifestação possui grande penetração juntos aos meios midiáticos. Para Umberto Eco *apud* Marchi Júnior (2015) a mídia é um agente da indústria cultural que possui alto alcance, todavia trata apenas de “recortes”, e ao fazê-lo dessa maneira tende a abordar assuntos com superficialidades excluindo do espectador a dimensão de totalidade.

Cabe ressaltar que não há o intento de reduzir a uma única possibilidade as múltiplas manifestações midiáticas em convergência ou então menosprezar a capacidade do indivíduo de avaliar e julgar aquilo que realmente assiste, lê ou escuta, entretanto de acordo com Dumazedier (2012) a mediocridade de diversos produtos culturais oferecidos às massas revelam que há um público instruído que demonstra interesse em consumi-los mas que ainda encontra-se insuficientemente educado para poder exigir melhores opções no campo do divertimento e da informação por exemplo.

Essas influências causadas pelos diversos veículos midiáticos de comunicação e entretenimento podem conduzir os cidadãos a consumirem produtos ou serviços que abordam o tema do esporte de maneira rasa ou de acordo com as palavras de Umberto Eco com “superficialidade”, sem a devida contextualização e aprofundamento do objeto em questão.

No meio acadêmico as áreas de Ciências Sociais e Humanas têm ampliado as possibilidades de intervenção e estudo acerca do esporte. Alguns paradigmas têm sido discutidos na academia utilizando como ponto de partida, muitas vezes, o senso comum, que é gerado e disseminado em grande parte pelos meios de comunicação justamente por tratarem de temas com superficialidade. Diversos pesquisadores têm se debruçado sobre o esporte como objeto de estudo na tentativa de compreendê-lo diante de uma perspectiva dimensional total, contextualizando o objeto de pesquisa historicamente a fim de compreender esse fenômeno em expansão (Marchi Júnior, 2015). Entretanto, muitas das descobertas proporcionadas pelos estudiosos do esporte ficam restritas ao meio acadêmico e não encontram na mídia, que possui um elevado nível de abrangência, o devido suporte para a divulgação dos resultados dos estudos realizados.

As ideias e conceitos relacionados ao esporte amplamente difundidos pelos pressupostos do senso comum tendem a ecoar nos mais diferentes nichos sociais, entre eles, as instituições de ensino. Por isso não é raro observar a predominância de uma manifestação esportiva específica no ambiente escolar em detrimento as diferentes possibilidades de abordagem que esse objeto de estudo sucinta e é diante desse contexto que coincide com o processo de criação e expansão do IFPR no Estado do Paraná, que surgiu o interesse em verificar as possibilidades de manifestação do esporte presentes no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, documento norteador da instituição, tendo como subsídio para analisa-lo, a legislação vigente que estrutura o esporte no país.

Metodologia

Com relação ao aparato metodológico foi realizada uma análise documental de cunho qualitativo mediante consulta ao Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. Trata-se de um documento institucional, norteador, plurianual, no qual, ao término de cada período compreendido, ele pode ser reelaborado. O IFPR possui 2 (dois) PDIs referentes aos períodos de 2009 – 2013 e 2014 – 2018. Esses documentos possuem elevado grau de relevância, pois neles estão contidas as primeiras páginas da história dessa instituição que completou 8 (oito) anos em 2016.

Mas o porquê da análise documental? De acordo com Karnal, Tatsch (2013) os autores da Escola Metódica baseiam a questão central da história na heurística documental, o documento é, em essência, o texto escrito valorizando de sobremaneira os documentos oficiais. Tal fato é corroborado por Cellard apud Sá-Silva, Almeida, Guindani (2009) ao explicar que os historiadores do século XIX realizavam uma abordagem amparada, principalmente, nos fatos e gestos políticos. Entretanto, nessa concepção positivista deixam de ser observados outros fatores que constituem o texto, como a intencionalidade e o contexto no qual estão inseridos e/ou foram concebidos os documentos e a partir do século XIX o conceito e a abrangência passam a ser ampliados tendo como principal agente impulsionador desse movimento a Escola dos *Annales* no século XX. Tanto a Escola Metódica ou Positivista como a Escola dos *Annales* tornaram-se referências por trazerem as principais contribuições que marcaram o desenvolvimento da historiografia. Assim, de acordo com Bacelar (2008), revela-se desde a possibilidade dos que viam nos documentos fontes de verdade, testemunhos neutros do passado, aos que analisam seus discursos, reconhecem seus vieses, desconstroem seu conteúdo e contextualizam suas visões.

A análise documental revela-se como uma técnica para a obtenção de informações, pois são utilizados materiais que ainda não receberam tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos de pesquisa (GIL, 1996). Nesse tipo de pesquisa as fontes são mais

diversificadas e dispersas que na pesquisa bibliográfica, sendo considerados diversos documentos de arquivos públicos e/ou privados como diários, fotografias, gravações, memorandos, boletins, ofícios, etc. possibilitando ao pesquisador obter informações relevantes acerca do período pretendido de análise (GIL, 1996; MARCONI, LAKATOS, 2010).

Ainda de acordo com Gil (1996) uma vantagem que se tem ao realizar uma pesquisa documental reside no fato de que os documentos subsistem ao longo do tempo o que, para o autor, torna o documento a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica. Foi com base nessas implicações que se realizou a análise do PDI do IFPR. Ao invés de partir de uma leitura baseada puramente no texto escrito, característica da escola positivista, o que se pretende é analisar possíveis distanciamentos e aproximações do seu conteúdo esportivo.

Nas palavras de Sá-Silva, Almeida, Guindani (2009) é importante que se caracterize o contexto histórico no qual o documento foi produzido, o universo sócio-político do autor e daqueles a quem foi destinado, devendo o pesquisador conhecer a conjuntura socioeconômica, cultural e política que propiciou a produção de determinado documento.

Apresentando o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI

Os documentos norteadores da instituição encontram-se disponíveis no sítio eletrônico: <http://info.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/pdi-2009-2013-versao-final.pdf> e <http://info.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/pdi-2014-2018-versao-final-1.pdf>. Conforme citado anteriormente, são textos plurianuais que foram elaborados pelas equipes gestoras que estiveram à frente da instituição em períodos diferentes. Neles constam as intencionalidades das propostas de modo incipiente sem realizar maiores detalhamentos sobre como foram planejadas, organizadas, compiladas bem como a maneira que pretendem executa-las.

O esporte no PDI referente ao período 2009-2013 está disposto da seguinte maneira:

OBJETIVOS E METAS DA PRÓ-REITORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

OBJETIVOS	METAS	EXECUÇÃO
Intensificar a participação dos familiares dos estudantes e comunidade em geral, nas atividades.	Promover feiras, exposições, eventos culturais e esportivos para incentivar a participação dos familiares dos estudantes e comunidade em geral nas atividades do IFPR 2010	2010 - 2013

OBJETIVOS E METAS DA PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS E ASSUNTOS ESTUDANTIS

OBJETIVOS	METAS	EXECUÇÃO
Apoiar e fortalecer a participação discente em eventos técnicos, sociais, científicos, artísticos, esportivos e culturais.	Estruturar sistemática de procedimentos para participação dos alunos em visitas técnicas, congressos e similares.	2010

OBJETIVOS E METAS DA PRÓ-REITORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

OBJETIVOS	METAS	EXECUÇÃO
Estruturação da equipe da Diretoria de Ações Esportivas para a execução das atividades do Instituto Federal do Paraná.	Criação de coordenações nos campi	2009-2010
	Definir responsabilidade técnica em cada unidade existente do Instituto Federal do Paraná;	2009-2010
	Diagnosticar as necessidades estruturais e operacionais da diretoria e em cada unidade do Instituto Federal do Paraná	2009-2010
Otimizar e criar espaços/ infraestrutura para o desenvolvimento do esporte, lazer e qualidade de vida, nas unidades do Instituto Federal do Paraná.	Elaborar projetos como base a Lei de Incentivo ao Esporte /CONANDA junto do Ministério de Esporte	2009-2011
	Buscar parceiros para o desenvolvimento dos espaços esportivos, através da Lei de Incentivo ao Esporte;	2009-2012
	Criar parcerias para o desenvolvimento do Esporte, lazer e qualidade de vida, nas unidades do Instituto Federal do Paraná	2009-2012
Oferecer apoio para Capacitação de Recursos Humanos (Equipes, professores, técnicos e comunidade esportiva em geral), relacionado ao desenvolvimento do esporte, lazer e qualidade de vida.	Oferecer cursos de capacitação que envolvam a comunidade interna e externa	2009-2014
	Capacitar os integrantes das equipes desportivas das unidades do Instituto Federal do Paraná	2009-2014
Participar de competições municipais e estaduais das federações esportivas.	Montar as equipes técnico-desportivas das unidades do Instituto Federal do Paraná	2010-2014
	Apoiar as equipes seletivas de cada unidade do Instituto Federal do Paraná	2010-2014
Organizar atividades esportivas comunitárias através de apoio governamental ou empresarial.	Criar projetos sociais para crianças de baixa renda do entorno das unidades do Instituto Federal do Paraná	2010-2014
	Criar atividades esportivas de lazer para comunidade indireta dos institutos do Paraná	2010-2014
Organizar competições internas e externas nas mais diversas modalidades esportivas.	Criar competição interna em cada unidade do Instituto Federal do Paraná;	2010-2014
	Criar os Jogos do Instituto Federal do Paraná;	2010-2014
	Criar os jogos em cada unidade do Instituto Federal do Paraná para a	2010-2014

	comunidade externa	
--	--------------------	--

O esporte no PDI referente ao período de 2014-2018 está disposto da seguinte maneira:

OBJETIVOS E METAS DA PRÓ-REITORIA DE ENSINO

OBJETIVOS	METAS	EXECUÇÃO
Promoção, organização e realização dos Jogos Estudantis do IFPR e estímulo à participação dos Jogos Nacionais da Rede Federal	Contribuir para a formação da cidadania e a melhoria da qualidade de vida dos estudantes, de modo a incrementar o desempenho acadêmico e conseqüentemente, a conclusão de curso, sobretudo daqueles vulneráveis socioeconomicamente, mediante implementação de uma política social que contemple suas necessidades de moradia, alimentação, saúde, transporte, cultura, lazer, esporte, entre outras	2014-2018
	Efetivar por meio de Política de Assistência Estudantil, ações que atendam o estudante em formação, integrada ao desenvolvimento pedagógico em consonância com o Decreto 7.234/2010 a seguinte modalidade de atendimento estudantil: Esporte	2014-2018
	Programa Estudante Atleta – PEA oportunizar aos estudantes participação nas mais diversas modalidades esportivas incentivando a prática e o treinamento	2014-2018

Analisando os PDI's

Esse documento de característica plurianual possui duas versões sendo que a primeira versão compreende o período entre 2009 a 2013 e a segunda versão compreende o período de 2014 a 2018. Ao observar as propostas relativas ao esporte nos PDI's referentes a cada quinquênio encontramos tanto aproximações quanto distanciamentos. Desse modo iniciaremos a nossa análise por aquilo que consideramos serem os pontos de distanciamentos entre ambos.

O primeiro ponto a elencar é que a primeira versão do documento foi elaborada e desenvolvida pela equipe gestora da instituição, enquanto que para a elaboração da versão atual do documento foi facultada a toda a comunidade acadêmica a possibilidade de contribuir com ideias e sugestões. O que poderia resultar num documento mais democrático, abrangendo pontos em comum e específicos de cada campi. Outro elemento que os difere diz respeito responsabilidade sobre as ações no âmbito

esportivo do IFPR. Na primeira versão as atividades encontram-se divididas entre 3 (três) Pró Reitorias enquanto que na segunda versão do documento as ações estão todas centralizadas na Pró Reitoria de Ensino – PROENS. Nota-se na primeira versão que a estrutura administrativa e física para o esporte são pontos que se encontram em fase embrionárias como podemos observar nos objetivos estabelecidos pela Pró Reitoria de Relações Institucionais – PRI relacionados a capacitação de recursos humanos, estruturação da equipe da Diretoria de Ações Esportivas além da necessidade de criar espaços/infraestrutura.

Compreendemos também que, nesse primeiro momento, a abordagem feita ao esporte em algumas oportunidades despence poucas palavras o que torna o entendimento raso e superficial carecendo de elementos que caracterizem alguma manifestação ou subsidiem uma interpretação. Podemos citar como exemplo um dos objetivos citados pela PRI: “Otimizar e criar espaços/infraestrutura para o desenvolvimento do esporte, lazer e qualidade de vida, nas unidades do Instituto Federal do Paraná”, há uma breve menção ao esporte, porém ela é vaga e imprecisa.

No entanto, em outras oportunidades, verificamos a manifesta intenção de fomentar a realização de programas e projetos de extensão comunitária como descrito no objetivo da Pró-Reitoria de Pesquisa, Ensino e Extensão - PROPEX e que também faz parte dos objetivos pretendidos pela PRI. A PROPEX visa desenvolver atividades para os familiares dos estudantes enquanto a PRI planeja estender o seu atendimento a comunidade externa de baixa renda através da realização de parcerias com o governo. Nesse segundo caso especificamente tomamos a liberdade exemplificar que a parceria poderia ser realizada mediante o desenvolvimento do Programa Segundo Tempo do Ministério dos Esportes - ME. Todavia, gostaríamos de ressaltar que percebemos que há uma característica comum as ações propostas a população de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade social. Elas são desenvolvidas, frequentemente, baseadas no senso comum que atribui ao esporte um caráter salvacionista, contudo Coakley (2015) questiona essa premissa relativa a “bondade” inerente do esporte ao chamar de o “Grande Mito do Esporte” essa suposta crença que as pessoas têm que o esporte invariavelmente conduz ao desenvolvimento individual e coletivo. Desse modo, consideramos que a aproximação entre o Ministério da Educação – MEC através da Secretaria de Educação Profissional Tecnológica - SETEC e o Ministério do Esporte – ME através da Secretaria Nacional de Esporte Educacional – SNEED possui caráter relevante e que se o programa fosse desenvolvido em um contexto dimensional ampliado poderia vir a beneficiar o desenvolvimento educacional dos jovens no país.

Ao retornar a análise do conteúdo das propostas da PROPEX e da PRI verificamos que ambas estão amparadas em um dos princípios constituintes do desporto educacional, regulamentado pelo Decreto 7.984/2013, apresentados da seguinte maneira:

§ 1º O desporto educacional pode constituir-se em:

I – esporte educacional, ou esporte formação, com atividades em estabelecimentos escolares e não escolares, referenciado em princípios socioeducativos como inclusão, participação, cooperação, promoção a saúde, coeducação e responsabilidade; e

II – esporte escolar, praticado pelos estudantes com talento esportivo no ambiente escolar, visando à formação cidadã, referenciado nos princípios do desenvolvimento esportivo e do desenvolvimento do espírito esportivo, podendo contribuir para ampliar as potencialidades para a prática do esporte de rendimento e promoção da saúde (Brasil, 2013, art. 3, grifo nosso).

Entendemos que com base nas subdivisões do desporto educacional as propostas acima citadas, pretendidas pela PROPEX e PRI estão alinhadas com o princípio do esporte educacional ou esporte formação.

Ao manter o foco da nossa análise, quando citamos no início que os documentos possuem aproximações e distanciamentos, daremos início ao que consideramos os pontos de convergência entre ambos. Entendemos haver uma valorização ao esporte de rendimento amparado pelo princípio do esporte escolar segundo o Decreto 7.984/2013.

Nas duas versões nos restam claras a intenção de fomentar a participação dos estudantes em competições escolares. Pelo que observamos na primeira versão, para além do incentivo a participação nas competições de âmbito municipal e estadual houve uma preocupação em criar competições internas e externas no IFPR enquanto que na segunda versão o foco está direcionado para a participação nos Jogos Estudantis do IFPR e para os Jogos Nacionais da Rede Federal. Utilizamos-nos do próprio Decreto para encontrar evidências que nos ajudassem a compreender essa estrutura que valoriza o princípio do esporte escolar.

O texto observado no parágrafo 2º, artigo 3º do referido Decreto além de explicitar as condições em que pode ser praticado o esporte escolar como competições, eventos, entre outros, faz referência as organizações que podem realiza-los: Confederação Brasileira de Desporto Escolar – CBDE, Confederação Brasileira de Desporto Universitário – CBDU, ou entidades vinculadas, e instituições públicas ou privadas que desenvolvem programas educacionais e instituições de educação de qualquer nível (Brasil, 2013). Não obstante ao fato do Decreto outorgar a essas organizações o direito de realizar as competições, ainda lhes assegura, conforme o artigo 29 (vinte e nove) que um percentual dos recursos correspondentes ao Comitê Olímpico Brasileiro - COB, Comitê Paraolímpico Brasileiro – CPB e a Confederação Brasileira de Clubes - CBC sejam destinados conforme veremos a seguir:

I – 10% (dez por cento) serão destinados ao desporto escolar, em programação definida conjuntamente com a CBDE; e

II – 5% (cinco por cento) serão destinados ao desporto universitário, em programação definida conjuntamente com a CBDU.

§ 1º Para fins deste Decreto, considera-se o desporto escolar aquele praticado por estudantes regularmente matriculados nos ensinos fundamental ou médio, e desporto universitário aquele praticado por estudantes regularmente matriculados em cursos de educação superior.

§ 4º Do total dos valores destinados ao desporto escolar e ao desporto universitário ao menos cinquenta por cento serão efetivamente empregados nas principais competições nacionais realizadas diretamente pelo CBDE e pela CBDU, respetivamente (BRASIL, 2013).

Percebemos assim como o dispositivo legal tende a influenciar na estrutura do desporto educacional ou esporte-educação no país. De acordo com Seron (2013) mesmo que a legislação repudie a hipercompetitividade ou competitividade excessiva, diversas alternativas têm sido instauradas para promover as competições no âmbito do esporte escolar. Tubino (2010) reitera que no esporte escolar aceita-se as vocações esportivas (possíveis talentos) e é destinado à utilização nas competições externas intercolegiais, nas quais os princípios soberanos são o Princípio do Desenvolvimento Esportivo e o Princípio do Desenvolvimento do Espírito Esportivo.

Evidenciamos assim que conforme expresso na primeira e segunda versão do PDI há uma forte tendência a reprodução nos documentos institucionais dessa estrutura que estimula a competitividade no contexto do esporte educacional, principalmente quando focamos o PDI referente ao segundo quinquênio onde consta apenas o incentivo a participação dos estudantes no Jogos Estudantis do IFPR e para os Jogos Nacionais da Rede Federal.

O Estado brasileiro ao propor as leis que regulamentam o esporte, confere condições para a valorização do esporte de rendimento no âmbito educacional, atestando um caráter vocacional e conservador das suas práticas históricas.

Considerações Finais

Ao realizarmos uma leitura dos documentos institucionais e o contextualizarmos com a legislação vigente, o Decreto 7.984/2013, encerramos a nossa discussão com a sensação de que a perspectiva do esporte de rendimento observada no princípio do esporte escolar é a manifestação latente na versão atual do PDI do Instituto Federal do Paraná. Constatamos a presença e a valorização do caráter competitivo como pontos de convergência entre os documentos analisados, além da ausência de outras propostas na versão atual, o que pode acarretar na elaboração de um documento que não compreenda a realidade e o contexto social, acadêmico, cultural e pedagógico das unidades da instituição.

Embora a instituição tenha proporcionado a comunidade acadêmica o direito de participar na elaboração da versão atual mediante consulta pública aberta, não fica claro se o resultado final coincide com as propostas apresentadas pelos participantes ou reflete a intencionalidade dos agentes envolvidos na compilação das informações e responsáveis pela elaboração do texto final. De fato, ratifica a nossa observação que menciona uma reprodução do esporte escolar como conteúdo privilegiado e hegemônico dentre outras possibilidades de abordagem no ambiente escolar.

Como o objetivo do trabalho se limitou a analisar os documentos norteadores da instituição, não foram observados os demais documentos das unidades do IFPR como o Projeto Político Pedagógico – PPP e os Planos de Ensino dos componentes curriculares das disciplinas ofertadas nos campi, o que a princípio resulta numa ausência de propostas que incluam o esporte como conteúdo curricular a ser melhor explorado, o que, no entanto, não elimina essa possibilidade.

Concordamos que essa análise do esporte dentro do IFPR não se encerra aqui, pois trata-se apenas de uma tentativa inicial de compreender o fenômeno esportivo nessa instituição de pouco mais de 8 (oito) anos de existência e esperamos que a partir de novas leituras seja possível ampliar o entendimento sobre o assunto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACELAR, C. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C.B. (org). **Fontes Históricas**. 2.ed. 1º reimpressão – São Paulo: Contexto, 2008.
- BRASIL. **Constituição, 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil [internet]. Brasília: Senado Federal; 1988. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf Acesso em: 05 jan. 2016.
- BRASIL. **Decreto 7.984 de 8 de abril de 2013**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7984.htm Acesso em: 10 abr. 2017.
- BRASIL. **Ministério da Educação, 2016**. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal> cesso em: 10 jul. 2016.
- BRASIL. **Ministério da Educação, 2016**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/39391> Acesso em: 8 abr. 2017.
- BRASIL. **Ministério do Esporte, 2010**. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/index.php/noticias/24-lista-noticias/38569-parceria-com-o-mec-emplaca-segundo-tempo-em-50-escolas-tecnicas-federais-do-brasil> Acesso em: 10 abr. 2017.
- COAKLEY, J. Assessing the sociology of sport: On cultural sensibilities and the great sport myth, **International Review for the Sociology of Sport**, v.50, 2014.
- DUMAZEDIER, J. **Lazer e Cultura Popular**. 4.ed., São Paulo: Perspectiva, 2012.
- INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI 2014-2018, 2014**. Disponível em: <http://info.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/pdi-2014-2018-versao-final-1.pdf> Acesso em: 22 abr. 2016.

- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3.ed., São Paulo: Atlas, p.46-51, 1996.
- INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/menu-institucional/institucional> Acesso em: 08 abr. 2017.
- MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 7.ed., São Paulo: Atlas, 2010.
- MARCHI JR, W. O Esporte em “cena”: Perspectivas históricas e interpretações conceituais para a construção de um modelo analítico. **The Journal of Latin American Socio-Cultural Studies of Sport**, v.5, n.1, 2015.
- MARCHI JR, W.; AFONSO, Gilmar. Globalização e Esporte: apontamentos introdutórios para um debate. In: RIBEIRO, L. C. (org.). **Futebol e Globalização**. Jundiaí, SP: Fontoura, 2007.
- OTRANTO. C. R. Criação e Implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs. **Revista Retta**. UFRRJ/PPGEA, Seropédica, RJ: EDUR, v.1, n.1, p.89-108, 2011.
- SÁ-SILVA, J. R., ALMEIDA, C. D., GUINDANI, J. F. Pesquisa Documental: Pistas Teóricas e Metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, n.1, 2009.
- SERON, T. D. Reflexões sobre o Desporto Escolar a partir do Decreto Nº 7.984/2013. **The Journal of Latin American Socio-Cultural Studies of Sport**, v.3, n.2, 2013.
- TUBINO, M. J. G. **Estudos Brasileiros sobre o Esporte: Ênfase no Esporte-Educação**. Maringá: Eduem, p.69-70, 2010.